

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR



ATA Nº 22/2020

----- Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Ana Carla Pimenta Soares Violante Ferreira. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- O Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e três minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 16/2020, referente à reunião ordinária de catorze de agosto de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 16/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto seis presenças. -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 17/2020, referente à reunião ordinária de vinte e oito de agosto de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 17/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto seis presenças. -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 18/2020, referente à reunião ordinária de onze de setembro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 18/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto seis presenças. -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 19/2020, referente à reunião ordinária de vinte cinco de setembro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 19/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto seis presenças. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 20/2020, referente à reunião ordinária de nove de outubro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 20/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto seis presenças. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOUREARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e quarenta euros e sessenta e um cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e setenta mil, duzentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Cessação de funções do Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C); -----

----- Programa de Vacinação Local; -----

----- IC2/EN1- Beneficiação entre Asseiceira (Km 65+200) e Freires (Km 85,500)" - lançamento do concurso público; -----

----- Cessação de funções do Presidente da CCDR Alentejo; -----

----- Cessação de funções da Diretora de Departamento no ICNF em Lisboa e Vale do Tejo; -----

----- Reforço de patrulhamento cidade/Concelho de Rio Maior.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e fez uma breve intervenção sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA CARLA PIMENTA SOARES VIOLANTE FERREIRA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que todos os seus comentários ou críticas são sempre no intuito da pedagogia e da didática e não como críticas destrutivas. -----

----- Continuou referindo que a sua área era linguística e, por conseguinte, referiu que estava atenta às publicações da Câmara Municipal e da Biblioteca Municipal, referindo que por vezes a informação prestada nem sempre era feita de forma correta linguisticamente e com algumas imprecisões em termos informativos, considerando não ser uma boa imagem para o Município, dando como exemplo uma publicação sobre a abertura da exposição em homenagem a Fernanda de Castro e Amália Rodrigues. Assim, disse que na Página do Município foi publicado um texto que passou ler “com a presença do Senhor Presidente e dos seus Vereadores”, opinando que esta publicação dava a entender que apenas tinham estado presentes o Presidente e os Vereadores do

seu Executivo, o que não corresponde à verdade porque também estiveram presentes os Vereadores Ana Filomena Figueiredo e Daniel Pinto.-----

----- Sobre a página da Biblioteca Municipal disse que era de lamentar porque as publicação por vezes apresentam erros ortográficos, voltou a referir que esta critica era construtiva. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo-se à Toponímia que continua desatualizada em algumas artérias da Cidade. Disse também que já tinha feito uma intervenção onde solicitou que esta questão fosse revista, no entanto ainda continua desatualizada, considerando que existem ruas na cidade em que já foi atribuído o nome correto, no entanto ainda não foi alterado. -----

----- Falou também da Rua José Pedro Inês Canadas, no troço que faz a ligação entre a Av. Paulo VI e a Rua Cinco de Outubro, dizendo que não existem passeios, no entanto e apesar de ter sido colocado um sinal de proibição de estacionamento, a verdade é que os automobilistas continuam a estacionar naquele local tornando-se perigoso para os transeuntes. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que quando estava presente nas Reuniões de Câmara, nunca tinha tido nenhuma atitude incorreta, prepotente ou arrogante com ninguém e agradecia que as respostas que lhe fossem dirigidas tenham também essa mesma consideração. -----

----- Relativamente à questão dos contentores, disse que foi um compromisso assumido que provavelmente não era obrigação da Câmara Municipal, mas a partir do momento em que se assume um compromisso, deve dignificá-lo, dado que desde julho têm vindo a falar sobre este tema e a resposta dada foi de que a situação estava controlada e que os contentores, entretanto iriam chegar. Acrescentou que já tinha passado tempo suficiente para a situação estar resolvida e disse que neste momento Rio Maior é um concelho de risco e o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro, tem tido algumas situações de COVID-19, e a falta dos contentores dificulta a organização relativamente ao afastamento dos alunos porque os mesmos iriam permitir deslocar duas turmas. ----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se aos pontos para conhecimento, dizendo que os assuntos identificados eram da maior importância para o Município, desde logo a nota simples da cessação de funções do Presidente da Agencia para o Desenvolvimento e Coesão, que por vezes nem nos lembramos que é este Instituto Publico que coordena toda a aplicação de Fundos Comunitários em Portugal, desejando que Rio Maior consiga manter a estreita relação com este Instituto Publico, para apoiar o Concelho de Rio Maior. -----

----- Continuou referindo-se também à cessação de funções do Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), acrescentando que o novo Presidente também tem sido muito próximo de Rio Maior, com uma presença assídua em diversas ocasiões, nomeadamente com uma intervenção muito direta e profícua na candidatura ao Programa VALORIZAR do Turismo de Portugal, para a recuperação da casa Poeta Ruy Belo. -----

----- Ainda sobre cessação de funções dirigiu um bem-haja à anterior Diretora do ICNF em Lisboa e Vale do Tejo, dizendo que exerceu funções durante muitos anos e a partir da sede do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros de Rio Maior, coordenou uma vastíssima área de intervenção e conservação da natureza e das florestas. -----

----- Disse também que Rio Maior, numa lógica de Turismo Sustentável relativamente ao novo plano publicado recentemente do Turismo Sustentável 2020/2023, deverá olhar para este vetor, como uma perspetiva de oportunidade no enquadramento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e todo o Turismo de natureza que pode ser desenvolvido porque é o futuro, cada vez mais, os turistas procuram espaços na natureza quer seja para fruição Turística quer para residência, devido à Pandemia COVID-19. Acrescentou que Portugal é um País do “web summit”, com fortes componentes tecnológicas, no entanto ainda existem muitos locais onde não há internet. Referiu que a Câmara Municipal e o Estado Português deveriam estar atentos a esta situação e exigir das operadoras de telecomunicações uma maior abrangência, porque não se pode exigir teletrabalho e ensino à distancia e depois não haver recursos tecnológicos para o executar. -----

----- Sobre o pedido de reforço de patrulhamento que o Presidente da Câmara solicitou, disse que o mesmo tinha manifestado a sua preocupação e responsabilidade relativamente a este aspeto crucial da organização em comunidade do Concelho de Rio Maior. Disse ainda que tinha esperança que as Forças de Segurança o consigam reforçar com meios humanos e técnicos numa lógica de respeito pelas regras do COVID-19, segurança e conforto para as populações. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo-se às comemorações do feriado Municipal “6 de Novembro”, dizendo que se fez o possível e falou de algumas momentos bastante interessantes, nomeadamente a inauguração da estrada do “Barco”, bem como o arranjo paisagístico da Pedreira de Vale de Barco que irá permitir a visita daquele local. Parabenizou a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia pela obra fantástica que desenvolveram, e espera que se consiga na lógica do Turismo Natureza melhorar aquele espaço, criando condições de visita com a melhoria dos acessos. -----

----- Falou também sobre as melhorias do Posto de Turismo das Salinas e da exposição fotográfica dos homenageados nos últimos trinta anos nas comemorações do feriado “6

de Novembro”, dizendo que era importante que a informação sobre a historia das pessoas fosse colocada “online”. Agradeceu a oferta do livro “Memorias Paroquiais” e disse que seria interessante que a Câmara Municipal criasse uma equipa destinada a elaborar o livro sobre a historia de Rio Maior, referindo que muitos concelhos já têm essa edição e Rio Maior também deveria dar esse passo. -----

----- Também parabenizou a Camara Municipal pela Exposição de Fernanda de Castro e Amália Rodrigues, referindo ter gostado de ver e ouvir toda a aquela dinâmica, acrescentando ser mais uma prova do fantástico trabalho e da riqueza da Fundação António Quadros, que tem vindo a manifestar o desejo ter um novo espaço físico para ampliar o seu trabalho. -----

----- Sobre a possibilidades de investimento e recuperação das instalações do antigo IVV, (Instituto da Vinha e do Vinho), disse que tem vindo a falar e a apresentar ideias e sugestões. -----

----- Continuou dizendo que aceitava e reconhecia a argumentação, mas, ainda assim não queria perder a oportunidade de expor a sua opinião sobre o assunto de forma muito telegráfica, relativamente à exigência feita à Camara Municipal, num horizonte de três anos para viabilidade económica e financeira de investimento, referiu que não fazia sentido esse argumento porque as instituições públicas ao mais alto nível (diversos Ministérios) uniram-se para que a nível Nacional fosse implementado um programa de recuperação e valorização do património devoluto denominado Programa REVIVE, que irá possibilitar a recuperação de património fundamentalmente na área turística para unidades hoteleiras, apontando para um horizonte de cinquenta anos, por conseguinte, o Presidente da Câmara com o poder executivo que tem e com o relacionamento com as instituições que tem tido, pode e deve ter a iniciativa de negociação e influência para que essa regra seja eliminada e que haja a capacidade de envolver a Presidência da Republica e o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, por outras vias, como a cultura, dado que Marcelo Rebelo de Sousa é um homem de cultura, de património e tem apoiado muitas iniciativas, por isso, na sua opinião, tem de haver uma estratégia franca, honesta e cordial em que se respeitem as instituições e que se olhe para o que é essencial, que é a recuperação do património.-----

----- Terminou este assunto solicitando ao Executivo para que não desistisse dessa ideia, porque, um pouco por todo o País, várias instalações do IVV, estão a ser recuperadas para diversas finalidades e acrescentou que poderia ser uma alternativa para a Fundação António Quadros e para a Associação Ephemera. -----

----- Ainda no uso da palavra voltou a referir-se ao Posto de Turismo das Salinas, dizendo que é uma “casinha” pequena, e já tem três placas de inaugurações, no entanto não tem a placa original, passado a ler um texto que foi escrito pelo Senhor Casimiro

Lopes, no dia quatro de maio de dois mil e vinte, na rede social Facebook, que se transcreve na íntegra: -----

-----“ Mil setecentos e setenta e sete, mil novecentos e setenta e sete, os oitocentos anos das Marinhas do Sal. -----

----- Estávamos no Verão do ano de mil novecentos e setenta e sete, José da Silva Pulquério tinha tomado posse como Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, no outono de mil novecentos e setenta e seis, democraticamente eleito naquelas que foram as primeiras eleições Autárquicas. O Presidente reuniu um conjunto de pessoas com ligações às Marinhas e depois de intensas reuniões o Presidente e os seus seis Vereadores avançavam decididos para as comemorações dos oitocentos anos do sal sem Mar, Marinhas do Sal de Rio Maior, para que a efeméride germinasse. Foi incluída a publicação Marinhas do Sal de Rio Maior oito séculos de história mil cento e setenta e sete, mil novecentos e setenta e sete, elaborada por Maria Georgete Goucha Calado da Maia, Fernando Duarte, António Feliciano, Casimiro Frois Ferreira e o António da Marinha, que trabalhava as fechaduras de madeira e os queijos de sal sem mar como ninguém.-----

-----João Faustino Henriques, Casimiro Lopes, António José, os outros Josés, os Júlios as Marias e os outros salineiros, os quadros com as picotas e o poço, fechaduras únicas queijinhos de sal sem mar únicos em Portugal, padiolas, trajes e atavios usados na safra, o sal sem mar a escorrer e a secar nas eiras e as casinhas retratados pelo António Rafael e pelo António Almeida. -----

----- Naquelas tardes soalheiras e quentes do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, na preparação daquelas comemorações que foram os irrepetíveis oitocentos anos do sal sem mar, os retratos ficam, as placas essas mudam-se, porque por aqui o vento é bastante e muitas vezes forte, observava no local com fineza o Presidente da Câmara, em agosto de mil novecentos e setenta e sete.-----

----- Naqueles dias de mil novecentos e setenta e sete ainda não existia a Cooperativa dos Produtores de Sal, havia o sal sem mar, mas não havia Fundos Comunitários e por isso o Presidente reuniu e propôs uma ideia simples e acessível para assinalar e perpetuar aquela efeméride irrepetível dos oitocentos anos das Salinas e do sal sem mar e Salinas de Rio Maior. José da Silva Pulquério propôs aos seus Vereadores que ali naquele local fosse edificada uma “casinha” de madeira de duas águas, telhado em canudo simples a condizer com as outras casinhas, portadas e medidas certas com vistas para as Marinhas do Sal de Rio Maior. Os anos foram passando os Autarcas foram-se revezando a “casinha” foi melhorada, foram atribuídas ruas e largos e nenhum teve a fineza para aquela “casinha”, colocar uma simples “plaquinha”, mesmo que de madeira fosse para recordar a efeméride e o porquê de naquele local ter sido edificada

aquela simples e alegre “casinha”. Quando chegar, e já não falta muito tempo, o mês de agosto do ano de dois mil e vinte sete, os eleitos e os sempre dedicados salineiros oxalá que se reúnam que tenham ideias e projetos para, em paz e tranquilidade, celebrarem os irrepetíveis oitocentos e cinquenta anos das Marinhas do Sal sem mar de Rio Maior.”

----- Agradeceu a disponibilidade do tempo tomado, referindo que este texto retratava a história de Rio Maior, e dirigiu-se ao Executivo, dizendo que ficava esta opinião de eventualmente ser colocada alguma informação sobre a origem primordial e histórica da casa que serve de Posto de Turismo das Salinas de Rio Maior e que se posso começar a preparar os oitocentos e cinquenta anos das Salinas e de Rio Maior. -----

----- Continuou a sua intervenção para falar de João Almeida ciclista de A-dos-Francos, que teve uma prestação fantástica no “Giro” de Itália, opinando que Rio Maior sendo a cidade do desporto, deveria promover alguma iniciativa homenageando este ciclista, considerando que foi a primeira vez que um Português ficou em quarto lugar, na volta a Itália, em bicicleta. -----

----- Continuou a sua intervenção dirigindo-se ao Executivo para questionar se já tinham pensado sobre o evento anual “Tasquinhas” de Rio Maior 2021 e disse que provavelmente não iriam funcionar nos mesmos moldes, opinando que se deveriam fazer umas Tasquinhas diferentes, a funcionar nos restaurantes e nas coletividades do concelho, bem como “online”, organizadas com edição de receitas gastronómicas, atribuindo-lhes na mesma o nome de “Tasquinhas”, e assim poder-se-ia atrair os visitantes para os restaurantes e coletividades do concelho, tendo também por base apoiar este setor que continua a ser um dos mais afetados pela pandemia COVID-19. -

----- Falou também do jantar de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal que também não poderá ocorrer da mesma forma de anos anteriores, por conseguinte poder-se-ia incentivar os trabalhadores, organizados por grupos e áreas de trabalho, a deslocarem-se aos restaurantes, atribuindo-lhes uma compensação e assim fazerem micro jantares de Natal, sendo também uma forma da Câmara Municipal e os trabalhadores assinalarem esta quadra Natalícia e apoiar a restauração. -----

----- Para terminar fez um elogio ao Presidente da Câmara Municipal relativamente à técnica de comunicação que utilizou, muito interessante e inteligente sobre a intervenção na “Chaminé da Mina”, utilizando uma fotografia com uma grua criando assim uma expectativa enorme sobre o que irá suceder naquele espaço. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder às questões colocadas, começando por se dirigir à Vereadora Ana Carla Ferreira, agradecendo-lhe todas as críticas construtivas que fez. Disse que linguística e política são coisas radicalmente diferentes, e o texto que referiu que foi publicado no Facebook dizia o seguinte: “ O evento organizado pela Fundação

Antônio Quadros e pela Câmara Municipal de Rio Maior, que contou com a presença do seu Presidente Filipe Santana Dias na mesa de honra e dos seus Vereadores, Leonor Fragoso, Ana Figueiredo e Daniel Pinto entre o público presente”.-----

----- Disse ainda que linguística é uma coisa, política é outra, sendo que a intervenção da Vereadora não era sobre linguística, mas sim política. Disse também que considerava que o texto não estava politicamente incorreto, porque se refere a Vereadores de um Executivo Municipal. -----

----- Contínuo agradecendo a chamada de atenção para os hipotéticos erros de ortografia em publicações do Município. -----

----- Relativamente à toponímia da “Rua F”, disse que iria ser corrigida.-----

----- Sobre a circulação na Rua José Pedro Inês Canadas, referiu que a Rua não reúne condições para que o trânsito pedonal possa decorrer com qualidade, no entanto, já está previsto por este Município, uma requalificação da referida artéria, bem como da Rua 5 de Outubro e Rua do Mercado, no entanto não será de imediato, porque no planeamento que foi feito, a intervenção nestas ruas, decorrerá num próximo mandato.-

----- A Câmara Municipal fez o seu trabalho colocando sinalização e tentou criar as condições possíveis para a circulação pedonal, no entanto, há estacionamento abusivo e um comportamento pouco cívico, por parte dos automobilistas naquela artéria, por conseguinte há a necessidade de insistir com as forças de segurança para que a fiscalização daquela zona seja mais efetiva. -----

----- Embora não saiba a que se refere dirigiu um pedido de desculpas à Vereadora dizendo que tenta não ser incorreto com ninguém -----

----- Quanto aos contentores disse era difícil “despir” a pele das várias posições que se ocupam e a Ana Carla sendo professora do Agrupamento Fernando Casimiro, tinha uma posição, no entanto percebia a sua preocupação com os contentores, mas há outras escolas que também estão a sofrer alterações e onde é necessário trabalho e a Câmara está a trabalhar para que tudo corra pelo melhor, para todos.-----

----- Respondendo diretamente à questão dos contentores disse que tinha sido aberto de imediato, um primeiro procedimento, com caráter de urgência, porque é uma obrigação na contratação pública, no entanto, esse procedimento, na sua primeira fase, ficou deserto, posteriormente teve de ser relançado e cada vez que se abre um procedimento, isso demora cerca de três semanas, a um mês, e, posteriormente, todas as fases de recebimento e análise de propostas. Aditou que, havendo concorrentes, a fase seguinte prende-se com a entrega de documentos por parte dos concorrentes que têm as propostas devidamente instruídas. Deu ainda conhecimento que tinha recebido informação, no momento, de que já tinham chegado os documentos de habilitação do fornecedor, ou seja, nesta fase já é possível proceder à encomenda para que esta seja

entregue e instalada na Escola, num curto espaço de tempo.-----

----- Continuou a sua intervenção para responder às questões colocadas pelo Vereador Daniel Pinto e começou por falar na falha de internet em algumas zonas do concelho de Rio Maior, referindo que, quando o Vereador diz que é exigido teletrabalho, ensino à distancia e que não existem condições relativamente ao serviço de internet, essa critica deveria ser dirigida à ação governativa, que exige estas medidas mas não cria condições plenas para se poderem executar. Disse ainda que a Câmara Municipal deve ser um vetor de ligação e conversação destes poderes e a Câmara está sempre disponível na insistência com as operadoras, nomeadamente em algumas zonas “sombra”, na Freguesia de Alcobertas e também noutras Freguesias. -----

----- Relativamente às comemorações do feriado Municipal “6 de Novembro”, agradeceu os elogios feitos, dizendo que este feriado é uma comemoração de toda a comunidade Riomaioense. Referiu que foi importante não deixar de assinalar momentos chave, monumentos chave e vivencias comunitárias que não podem ser nunca abandonadas da sua comemoração. Quanto à questão dos homenageados referiu que, por ter sido uma exposição em espaço fechado, se optou por não visitar, tendo em conta as restrições impostas pela pandemia COVOD-19, não obstante, disse que o Município tem aproveitado as sugestões de todos os Vereadores, e embora tenha sido um trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, o Vereador Daniel Pinto já tinha sugerido esta ideia. Afirmou também que o apelo que tinha feito na rede social facebook, através de um vídeo, foi no sentido de que este fosse um projeto em que a comunidade pudesse também participar, enriquecendo a exposição com dados e com fotografias. Trata-se de uma exposição em expansão e lançou um desafio para que todos possam reunir alguns dados relativos ao “6 de Novembro” e que os façam chegar à Câmara Municipal. -----

----- Sobre a estrada do Barco referiu que foi uma obra muito bem conseguida, uma via que na sua operação é simples, no entanto o que ela potencia já não é assim tão simples. Acrescentou que era uma oportunidade de ouro para o Concelho de Rio Maior poder ter ali um espaço que se pretende desenvolver, referindo ainda que aquele espaço era uma pérola que será seguramente aproveitada pela Câmara Municipal. -----

----- Continuou com um agradecimento a todos que fizeram este caminho para que esta obra com mais de quarenta anos de vontade de ser feita tivesse sido realizada ao fim de quarenta anos. -----

----- Quanto às instalações do IVV e relativamente ao Programa REVIVE, para uma recuperação a cinquenta anos, esclareceu que só o proprietário do imóvel poderá fazer a candidatura ao referido programa, e a posse do imóvel é do Estado, razão pela qual mais uma vez essa questão terá de ser colocada ao Estado Português. Disse ainda que Rio Maior poderia caminhar nesse sentido, no entanto teria de ter condições para que o

imóvel fosse da sua posse, sendo necessário que houvesse abertura por parte do Estado Português, para se poder dinamizar aquelas instalações. -----

----- Informou ainda que houve a possibilidade de adquirir aquele espaço através da transferência de competências, que permitissem à Câmara fazer a gestão do espaço, o que já tinha sido assumido, no entanto o que foi proposto nesta delegação de competências foi a apresentação um projeto que fosse financeiramente viável em três anos, contudo o investimento que teria de ser feito rondaria cerca de três milhões de euros, e por certo um investimento desta dimensão não teria retorno em três anos, razão pela qual não foi possível apresentar um projeto com viabilidade para a aquisição das instalações do IVV. -----

----- Falou também sobre o Posto de Turismo das Marinhas do Sal, dizendo que o texto que o Vereador Daniel Pinto leu, refletia o sentimento não só da pessoa em questão, mas de muita gente que participou ativamente na construção desse pedaço de história que foi muito importante e porventura será o mais indicado colocar uma pequena resenha histórica do processo esclarecendo como nasceu. -----

----- Quanto a João Almeida, agradeceu a sugestão do Vereador Daniel Pinto, dizendo que convidar e homenagear João Almeida, neste momento em particular, era uma “obrigação” àquele que foi um embaixador de Portugal. Disse que fazia todo o sentido e se fosse possível dar como exemplo o trabalho e a dedicação que João Almeida alcançou, para as atuais gerações, sugerindo convidar João Almeida para uma ação com as escolas ou para uma ação virada para o desporto de Alto Rendimento. -----

----- Ainda no uso da palavra respondeu à questão colocada sobre as “Tasquinhas 2021”, informando que o tema já está a ser tratado e as “Tasquinhas” realizar-se-ão, embora ainda não esteja totalmente definido. Disse ao Vereador Daniel Pinto que não concordava com a sugestão apresentada opinando que abrir as Tasquinhas aos restaurantes iria desvirtuar o conceito “Tasquinhas”, referindo que o que está pensado é fazer um evento nas próprias Associações porque a esmagadora maioria possui condições próprias para fazerem um serviço de restauração “pitoresco”, com um numero reduzido de pessoas. -----

----- Também está pensado fazer-se um género de “passaporte Tasquinhas 2021”, georreferenciando onde se localizam as Associações e as pessoas poderem navegar pelas diversas “Tasquinhas” e no final quem encher o passaporte terá um brinde, mas ainda não está concretamente definido. -----

----- Terminou a sua intervenção agradecendo os elogios sobre o tema “Chaminé da Mina” e disse que a mesma terá uma intervenção simples, nomeadamente, a iluminação de Natal, que será estática e interativa. No topo da chaminé irá haver uma animação móvel com recurso a uma tecnologia simples, mas inovadora em Rio Maior, solicitou

também que se guardasse algum suspense. -----

----- Disse que o sonho inicial era construir uma árvore de Natal gigante, porventura a maior do País, acrescentando que se pode caminhar nesse sentido, no entanto o topo da chaminé neste momento não garante condições de segurança para que se possa fazer qualquer tipo de fixação e nesse sentido, o Executivo aproveitou a presença da grua para fazer uma inspeção ao topo, dizendo que durante o próximo ano se irá proceder à sua recuperação para se poder instalar ali uma árvore de Natal com setenta metros.-----

----- Referiu que iluminar e trazer a “Chaminé da Mina”, para a cidade não é apenas ter festa de Natal, opinando que faz falta a todos para fazer sentido tudo o que se tem falado sobre o complexo mineiro da “Mina do Espadanal” faz sentido que os Riomaiores tenham um sentimento de pertença à Mina. -----

----- Disse que se fosse possível colocar os Riomaiores ao longo da Av. Mário Soares a olhar para a “Chaminé da Mina” porque ali está a decorrer algo, chamar-se-ia a atenção da nossa comunidade para se focarem de novo naquilo que nos pertenceu e que foi um dos principais vetores de desenvolvimento desta comunidade.-----

-----**Voto de Pesar**-----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia a Presidente da Câmara apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Frazão Nogueira, que leu (anexo um). --

-----Voto de Pesar falecimento de Manuel Frazão Nogueira.-----

----- Foi com enorme tristeza e consternação que a comunidade Riomaioirense em particular a da Freguesia São João da Ribeira – Ribeira de São João, tomou conhecimento do falecimento de Manuel Frazão Nogueira, no passado dia vinte e nove de outubro aos oitenta e três anos, Manuel Frazão Nogueira deu início à sua vida pública como Presidente da Assembleia da Freguesia de São João da Ribeira entre mil novecentos e oitenta e três e mil novecentos e oitenta e cinco, tendo sido posteriormente eleito Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de São João no ano de mil novecentos e oitenta e seis, logo após a sua criação, mantendo-se no cargo até ao ano de dois mil e dois num total de quatro mandatos. Rio Maior fica mais pobre mas cabe-nos preservar e honrar a memória de um homem reconhecido na nossa comunidade, que muito contribuiu para a afirmação do poder local Democrático que hoje conhecemos desejando que as atuais e futuras gerações Riomaiores possam aprender com a sua vida e exemplo.-----

----- Por todo o exposto a Câmara Municipal de Rio Maior aprova este Voto de pesar, expressando publicamente as suas sentidas condolências à família e amigos de Manuel Frazão Nogueira, em nome de todos os Riomaiores. -----

----- Este voto deve ser dado conhecimento à família enlutada e à comunicação Social.-

----- Colocada a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes e guardado um minuto de silencio. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II – AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO N.º 04/2020, CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2020/CCE – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS, LANCHES E PEQUENOS ALMOÇOS) - PROCESSO N.º 106/2020/CP – PROJETO DE DECISÃO | APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO | GESTOR DO CONTRATO -**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, adjudicar a Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços) ao consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurante e Alimentação, S.A. / Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., até ao montante de € 373.957,77 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e sete cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Que os termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para:

----- a) No prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação apresentar os documentos de habilitação, fixados no ponto 10 do convite do procedimento; b) No prazo de 10 dias a contar da data da notificação da adjudicação prestar uma caução no montante de € 18 697,89 (dezoito mil seiscentos e noventa e sete euros e oitenta e nove cêntimos), referente a 5% do valor total da adjudicação. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, a nomeação da Nutricionista Ana Isabel Santana como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste; -----

----- A aprovação da minuta do contrato nos termos proposto. -----

----- O vereador **MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS**, ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- O vereador **MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS**, regressou à sala de Reuniões de Câmara. -----

----- **PONTO III - ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2020/2021.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a atribuição de

suplemento alimentar a 55 crianças/alunos, identificadas pelos Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, devidamente fundamentada através do parecer dos serviços de Ação Social deste Município, cuja despesa coma atribuição deste apoio, a iniciar em novembro, estima-se em cerca de 4 235,00€ (quatro mil duzentos e trinta e cinco euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IV - PRÉMIO “BOMBEIRO DE MÉRITO – COMANDANTE DO QUADRO DE HONRA DR. ° EDUARDO AGOSTINHO” - AQUISIÇÃO DE CAPACETE DE CRISTAL.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a aquisição de capacete de cristal, para atribuição no âmbito do Prémio “Bombeiro de Mérito – Comandante do Quadro de Honra Dr. ° Eduardo Agostinho”, no valor de € 541,80, (quinhentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V - APOIO A TRANSPORTES ESCOLARES/ALUNOS COM DIFICULDADES ECONÓMICAS/ANO LETIVO 2020-2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é conceder a isenção do pagamento de transporte escolar para o ano letivo 2020/2021 a aluna do ensino secundário, no valor estimado de 829,00€ (oitocentos e vinte e nove euros), nos termos legais aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VI - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO/ANO LETIVO 2020-2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de verbas referentes a auxílios económicos ao 1º ciclo, aos Agrupamentos de Escolas no valor de 3.301,20€, correspondendo o valor de 1.722,00€ ao Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro e o valor de 1.579,20€ ao Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VII - AQUISIÇÃO DE FRUTAS, PRODUTOS HORTÍCOLAS E BANANAS PARA O ANO LETIVO 2020/2021 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO - PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR - PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (DORAVANTE ABREVIADAMENTE DESIGNADO POR 1º CEB).**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a abertura do procedimento por ajuste direto para a aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2020/2021, para os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, no valor total de 7 742,72 €, (sete mil setecentos e quarenta e dois euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como, aprovar as peças de procedimento. -----

----- Deliberou também designar a técnica superior Ana Isabel Peres Alexandre gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VIII - AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR E PRODUTOS LÁCTEOS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a abertura do procedimento por ajuste direto para a aquisição de leite escolar e produtos lácteos, para o ano letivo 2020/2021, de janeiro a junho de 2021, para os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, pelo preço base de 16 783,20 €, (dezasseis mil setecentos e oitenta e três euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Aprovar as peças do procedimento; -----

----- Designar a Técnica Superior Ana Isabel Peres Alexandre como Gestora do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IX – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2019/2020 PROCESSO Nº44/2019/CP-LIBERAÇÃO/CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação

interna n.º 19/2020/UPGF/VN e respetivos despachos, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 00412322, emitida em 22 de agosto de 2019 pelo Novo Banco, S.A., no montante de € 8 614,63 (oito mil seiscentos e catorze euros e sessenta e três cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO X - PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - RUA JOÃO PINHEIRO E RUA DA BELA VISTA - SÃO JOÃO DA RIBEIRA - PROC.º Nº 230/2020**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 14864 de 04/11/2020 e de acordo com o requerido, certificar que, as infraestruturas viárias que atravessam o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 23 da secção T da união de freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, denominadas como Rua João Pinheiro e Rua da Bela Vista em São João da Ribeira, são infraestruturas públicas, integradas no domínio público municipal.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XI - PEDIDO DE CERTIDÃO DO CONHECIMENTO E DOMÍNIO PÚBLICO - RUA CIDADE DE RIO MAIOR – ALFOUVÉS – PROC.º Nº 241/2020**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 14865 de 04/11/2020 e de acordo com o requerido, certificar que, a infraestrutura viária que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob os artigos n.º P-853 (parte urbana) e n.º 10 da secção G (parte Rústica) da união de freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, denominada como Rua Cidade de Rio Maior em Alfouvés, é infraestrutura pública, integrada no domínio público municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - PEDIDO DE CERTIDÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO - ESTRADA PÓVOAS/CARVALHAIS – FRÁGUAS - PROC.º Nº 125/2020**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 15100 de 10/11/2020, e informação com o registo n.º 10921, de 21/09/2020, e de acordo com o requerido, certificar que, o caminho que atravessa o prédio

denominado por Casal Ferreiro, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 32 da secção I da freguesia de Fráguas, é um caminho público, denominado por Estrada Póvoas/Carvalho e integra o domínio público. Certificar ainda que, outro caminho que atravessa o prédio não reúne as características para ser considerado caminho público.

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XIII - PAULO CÉSAR CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES - SOC. DE SOLICITADORES, R.L. – IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer da UJCP de 09.11.2020: -----

----- Revogar a deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião do dia 25/09/2020;-----

----- Certificar que o caminho que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 86 da secção AU da freguesia de Rio Maior, proveniente do artigo 82 da mesma secção e freguesia, é um arruamento público, denominado por Rua Cabeço Centeio em Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio solicitando esclarecimentos ao Executivo sobre este ponto, questionando se estavam a reverter uma deliberação tomada numa anterior reunião de Câmara. ----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para prestar esclarecimentos ao Vereador Daniel Pinto sobre o presente ponto, referindo que tinha sido efetuado um pedido para certificar que determinado caminho pertencia ao domínio público e os serviços técnicos ao analisarem o processo do ano de dois mil e seis verificaram que à data foi considerado que o caminho não pertencia ao domínio público, porque se tratava de um caminho de acesso a um prédio “encravado” e com base nos dados existentes foi essa a decisão tomada. -----

----- Posteriormente o requerente reclamou esta decisão com base num Despacho proferido no ano dois mil e sete, em que a Câmara Municipal certificou que o caminho pertencia ao domínio público, assim os serviços voltaram a analisar o processo, e verificou-se que havia um outro processo de dois mil e sete, em que o parecer dado foi no sentido de considerar o caminho como público. -----

----- Assim os serviços propuseram à Câmara Municipal que esta última decisão fosse revogada, mesmo não tendo havido qualquer alteração do prédio, mas porque a Câmara

Municipal em dois mil e sete já tinha assumido que o caminho era do domínio público, não poderia agora assumir uma posição contrária. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - PARTICIPAÇÃO NA CONSULTA PÚBLICA DO PIER DA PORTELA DAS SALGUEIRAS | JUNTA DE FREGUESIA DE ALCOBERTAS | RUIPEDRA – WORLD OF NATURAL, STONE, S.A.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base nos pareceres de 05/11/2020 e informações técnicas de 14/10/2020, aprovar a ponderação efetuada à participação das entidades enunciadas, em sede do período de discussão pública do PIER da Portela das Salgueiras, e que se dê posteriormente conhecimento às mesmas do teor da ponderação, conforme o disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), disposto pelo D.L. n.º 80/2015 de 14 de maio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- **PONTO XV - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR E DE SALVAGUARDA DAS MARINHAS DO SAL** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer de 05/11/2020 e informação técnica de 28/10/2020, aprovar a prorrogação do prazo de elaboração do Plano de Pormenor e de Salvaguarda das Marinhas do Sal, por mais dois anos, com base no disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio novamente dizendo que já tinha feito uma intervenção sobre este tema relativamente a uma questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto numa reunião de Câmara anterior. Disse que o Plano de Pormenor está em revisão desde dois mil e cinco. Em novembro de dois mil e dezoito foi novamente iniciado e no final de dois mil e dezanove, em dezembro, foi aprovada a proposta que foi submetida à CCDR (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional). Este Plano tem dois anos para ser executado e termina em novembro de dois mil e vinte, no entanto o Plano está na sua fase final e provavelmente se não tivesse aparecido a pandemia COVID-19, já estaria concluído. -----

----- Continuou dizendo que o facto de estarem a ser revistos três instrumentos de

Ordenamento, o PDM (Plano Diretor Municipal), o Plano de Pormenor das Salinas e a reconversão do Plano do Parque a Projeto, faz com que surjam algumas dificuldades. Deu como exemplo o Plano de Pormenor que eventualmente possa vir a alterar a REN (Reserva Ecológica Nacional), e como já foi entregue uma proposta ao PDM, não fazia sentido que a proposta do Plano de Pormenor não coincidissem com a proposta do PDM, porque tem de haver convergência entre os dois Planos. Disse ainda que no passado mês de fevereiro foi rececionada correspondência da CCDR, com a indicação de que havia divergências internas e de adaptação à Legislação, por conseguinte no período entre fevereiro e junho este processo não teve progresso devido à Pandemia Covid-19.

----- Terminou dizendo que a expectativa era que o Plano possa estar concluído no prazo de seis meses, contudo, e em termos legais, só pode haver uma prorrogação com prazo até dois anos, assim a proposta do Executivo será prorrogar pelo período máximo afim de precaver algum imprevisto que possa surgir. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio novamente agradecendo a resposta do Vereador Lopes Candoso e disse que aceitava o argumento apresentado relativamente à Pandemia que veio alterar e atrasar muitas situações, no entanto, administrativamente, e tendo em conta o relacionamento entre Instituições, disse que era difícil aceitar que seja essa a razão para este atraso, lamentando mais uma vez o atraso verificado. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer que não se tratava de um atraso de dois anos, mas de uma rede de segurança de dois anos com o intuito de serem três ou quatro meses para resolver esta questão. -----

----- Continuou dizendo que o Poder Local, no geral, tem sido uma exceção aquilo que é o funcionamento atual das estruturas públicas, porque com maior ou menor dificuldade, com presença ou em teletrabalho, os organismos públicos locais encontraram forma de contornar e lidar com a Pandemia, porque tem sido muito frustrante os contactos com os poderes intermédios do Estado, que são praticamente nulos, no sentido de serem tão morosos, que dificultam a ação de quem está no terreno.-

----- Disse ainda que a CCDR e outros poderes intermédios na ligação entre o Poder Local e o Poder Central, são uma impossibilidade de resolução de assuntos, dizendo que se tem sentido muita dificuldade de comunicar e dar celeridade aos processos a todos os níveis da Administração Pública. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Usou da palavra para esclarecer mais uma vez que não se trata de um atraso de dois anos, será apenas uma segurança para algum problema que possa surgir. Referiu que de facto a Pandemia não pode ser desculpa para tudo, no entanto, entre março e

junho, e, posteriormente, com o período de férias, o processo não teve andamento. Neste momento há contactos regulares com a CCDR e o PDM e o Plano de Pormenor estão em andamento, não com a mesma celeridade, porque os trabalhadores encontram-se em teletrabalho e as reuniões são online, por conseguinte, será um pouco mais moroso. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com a **abstenção de voto dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Ana Carla Pimenta Soares Violante Ferreira**. -----

----- **PONTO XVI - RM INVESTE – REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – CANDIDATURA APRESENTADA PELA SOCIEDADE METALOPALMA, LDA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, reconhecer o projeto de investimento apresentado pela sociedade METALOPALMA, LDA., como de relevante interesse municipal nos termos do RM Investe, aprovando a atribuição dos seguintes incentivos: -----

----- 1) Redução de 70% no IMT relativamente à aquisição, pelo sujeito passivo, do prédio sito no lote n.º 1, do Parque de Negócios de Rio Maior, freguesia de Rio Maior, concelho de Rio Maior, com área com uma área de 7.343m², do Parque de Negócios de Rio Maior, freguesia de Rio Maior, concelho de Rio Maior e, descrito na respetiva matriz sob o n.º 11796, destinados ao exercício da atividade desenvolvida pelo projeto. -----

----- 2) Redução de 70% no IMI relativamente ao prédio sito no lote n.º 1, do Parque de Negócios de Rio Maior, freguesia de Rio Maior, concelho de Rio Maior, com área com uma área de 7.343m², destinado ao exercício da atividade a desenvolver pelo projeto. -----

----- 3) Redução de 70% nas taxas urbanização e edificação afetas ao projeto de investimento, devidas após a assinatura do contrato de concessão de apoios. -----

----- 4) Os benefícios fiscais poderão ser concedidos por um período de 5 anos, com possibilidade de renovação, por uma vez, com igual limite temporal. -----

----- Mais aprovou as cláusulas contratuais do contrato de concessão de benefícios e apoios, a celebrar entre o Município e a METALOPALMA, LDA. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que era com agrado que via várias empresas a consultarem Rio Maior para realizarem os seus investimentos, e mesmo com todas as dificuldades que o País vive, Rio Maior continua, dentro das limitações possíveis, a conseguir captar investimento e interesse, neste caso particular trata-se de um Riomaioense que pretende investir e fazer crescer aqui o seu negocio, reconhecendo que Rio Maior reúne

as condições necessárias para continuar a crescer. -----

----- Disse ainda que pela área geográfica e pelas condições que Rio Maior oferece tem havido bastante procura, e este programa “RM Investe” tem sido responsável por atrair investidores. -----

----- Acrescentou que o referido programa no seu regulamento prevê a isenção de taxas municipais, impostos e beneficiações para os investidores, mas, principalmente pela estabilidade e a excelente localização dos terrenos da área de localização Empresarial. Disse acreditar que numa fase má da economia em Portugal se tem conseguido fechar negócios, estando numa onda superior de ciclo económico, e, seguramente, se conseguirá fazer melhor. -----

----- Terminou com um agradecimento a estas Empresas e a todas aquelas que queiram fazer em Rio Maior o seu investimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XVII - CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NO ÂMBITO DAS BRIGADAS DE SAPADORES FLORESTAIS DA LEZÍRIA DO TEJO - 1º SEMESTRE 2020.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência corrente para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), do montante de € 15.854,02, (quinze mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e dois cêntimos), respeitante à Contrapartida Nacional do Município de Rio Maior, no âmbito da Brigada de Sapadores Florestais da lezíria do Tejo no 1.º semestre do ano de 2020. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e trinta e seis minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____

